

DOCTRINA

461 Média, mediana ou menor valor? A justificativa da metodologia na pesquisa de preços em licitações e contratações públicas
Ricardo Silveira Ribeiro

468 Contratação direta por inexigibilidade – O preconceito dos controladores e o medo dos gestores
Erick Halpern

481 Curva ABC – Como priorizar o que é mais importante?
Franklin Brasil

486 Especial: Nota Técnica nº 1081/2017/CGPLAG/DG/SFC
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

ORIENTAÇÃO PRÁTICA

498 Qualificação econômico-financeira – Realização de diligências em setor da própria administração contratante

502 Serviços de publicidade – Apresentação de propostas técnicas em desconformidade com as regras editalícias de padronização

508 Empenho realizado após a expiração da vigência do contrato – Possibilidade de convalidação

512 Lei das Estatais – Revogação de licitação fracassada

516 Contratação de remanescente em razão de rescisão contratual – Regime jurídico aplicável às estatais

520 Regulamento interno de licitações e contratos das estatais – Regras para análise da exequibilidade das propostas

PERGUNTAS E RESPOSTAS

526 1. Uma licitação ocorrida em meados de 2016, devidamente homologada e cuja contratação não foi realizada em razão de restrição orçamentária pode ter o respectivo contrato assinado em 2018?

528 2. Diante da necessidade de contratar licença de uso de programa de informática, existindo uma etapa inicial de 30 dias para instalação do software, é necessário contabilizar esse lapso no limite de 48 meses de vigência contratual?

531 3. A Administração pode intentar negociação de preço com os licitantes nas modalidades previstas na Lei nº 8.666/1993? Ou essa faculdade se restringe ao pregão e ao RDC? Se os licitantes não aceitarem reduzir suas propostas, o gestor pode revogar a licitação?

533 4. A prescrição da pretensão punitiva da Administração ocorre conforme o art. 205 do Código Civil, ou seja, em 10 anos? O que orienta o TCU?

534 5. Com base em entendimento do Tribunal de Contas da União, quais os requisitos para a promoção de alterações contratuais unilaterais quantitativas e qualitativas?

537 6. Contratos que contemplem itens diversos de serviços ou fornecimentos devem ter como base de cálculo para o acréscimo o valor global do ajuste, ou dos itens individualmente? O que entende o TCU?

540 7. A formalização de contratos de serviços contínuos com prazo de 24 meses afeta a periodicidade do reajuste ou da repactuação?

541 8. O que é, qual a finalidade e o responsável pela avaliação de conformidade legal prevista na IN nº 5/2017 da SEGES? Essa nova etapa confunde-se com a análise de legalidade de competência da assessoria jurídica ou a ela se sobrepõe?

542 9. Diante das disposições contidas nos arts. 34 e 57 da Lei nº 13.303/2016, até que momento o valor estimado da licitação permanecerá sigiloso?

544 10. As entidades do Sistema S podem exigir quantitativos mínimos nos atestados de capacidade técnica?

546 JURISPRUDÊNCIA

555 TRIBUNAIS DE CONTAS

564 LEGISLAÇÃO

565 BLOG ZÊNITE